

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

05 de  
DEZ  
2018

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras  
luguéis

## Economia

## GASOLINA ADULTERADA

# Consumidores enganados podem recorrer à Justiça

Quem teve prejuízo com defeito em veículos por uso de combustível adulterado tem direito a pedir indenização por danos materiais

Caio Miranda

Especialistas em Direito do Consumidor garantem: quem abasteceu em postos do Estado que comercializavam combustível adulterado podem recorrer à Justiça, pedindo indenização por danos materiais — defeitos no veículo, por exemplo — e até existenciais — perda de tempo e transtornos causados pela fraude.

A seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) enviou, ontem, ofício às autoridades responsáveis pela Operação "Lidima" pedindo que informem os postos que comercializavam combustíveis adulterados no Estado.

A operação, capitaneada pelo Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc) e pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), foi deflagrada na segunda-feira, com a prisão de 14 acusados de integrar um esquema que adulterava gasolina e sonegava impostos no Espírito Santo.

Até o momento, apenas alguns suspeitos tiveram as identidades confirmadas. Já os postos e empresas envolvidas seguem sob sigilo.

Segundo o presidente da Comissão Especial de Direito do Consumidor da OAB-ES, Cassio Drumond, é preciso haver mais transparência com a sociedade, para que os consumidores possam tomar as providências, como parar de abastecer nos estabelecimentos e até processar as empresas, caso sejam clientes.

"As pessoas precisam não só saber quais postos estão adulterando combustíveis, mas exigir, das autoridades, que eles fiquem proibidos de funcionar imediatamente. Vamos deixar a raposa com a porta do galinheiro aberta?", questionou.

Drumond orientou que, caso o automóvel tenha problemas mecânicos ou de rendimento, o consumidor deve guardar notas fiscais e faturas do cartão para comprovar que abasteceu em algum posto investigado pela operação.

Já para o especialista em Direito do Consumidor Renato Ferron, os clientes devem ter uma preocupação prévia, desconfiando de postos com preços muito abaixo dos normalmente praticados no mercado.

"Além disso, sempre abasteça no mesmo posto de confiança. Quando o carro dá problema por conta do combustível, normalmente não acontece no primeiro abastecimento. Se você abasteceu em vários locais, como vai comprovar o responsável por vender o combustível de má qualidade?"



AGENTES E POLICIAIS durante operação em posto de combustível: combate a esquema que adulterava gasolina

## ENTENDA

### Fatura do cartão serve como prova

#### Consumidores

ESPECIALISTAS em Direito do Consumidor deram orientações para que donos de veículos evitem abastecer com combustível de qualidade/procedência duvidosa, além dos procedimentos a serem adotados em caso de lesões na relação de consumo.

#### Desconfiar de "preços mágicos"

A ORIENTAÇÃO é desconfiar de preços ofertados nos postos de combustíveis que estejam muito abaixo da média praticada no mercado.

#### Escolher um posto de confiança

O MOTORISTA deve abastecer sempre no mesmo estabelecimento. Assim, o consumidor vai conhecer a procedência do combustível, caso ele prejudique o funcionamento mecânico ou o rendimento do veículo.

#### Guardar os comprovantes

É PRECISO juntar os cupons fiscais, faturas do cartão de crédito ou extras do cartão de débito. Eles servem como provas de que o abastecimento foi feito no posto de combustível específico, em caso de denúncias ao Procon ou ingresso de ação na Justiça.

#### Exigir reparação

OS CONSUMIDORES que se sentirem lesados ou que tiverem prejuízos — despesas com oficinas, por exemplo — podem processar o estabelecimento, exigindo indenização por danos materiais e existenciais.  
DANO EXISTENCIAL: constitui-se em dano à existência da pessoa. O tempo perdido e os transtornos causados pelo combustível de má qualidade — idas à oficina e ter que andar de ônibus, por exemplo.

#### A Operação Lidima

O NOME da operação significa "autêntico, genuíno, legítimo". Ela foi deflagrada na segunda-feira, após dois anos de investigação.

O OBJETIVO é desarticular uma organização criminosa acusada de adulteração de combustível e de sonegação fiscal.

ATÉ O MOMENTO, 17 pessoas foram presas, sendo 14 no Espírito Santo.

A OPERAÇÃO terá outros desdobramentos em breve, com prisão de outros envolvidos.

AS INVESTIGAÇÕES apontam, basicamente, para fraudes de adulteração de combustíveis e sonegação de impostos no setor.

SÃO VÁRIAS as fraudes apuradas: sonegação de impostos, uso de empresas de fachada, desrespeito aos regulamentos da Agência Nacional do Petróleo (ANP), adulteração de combustíveis, como etanol e gasolina, e comercialização de combustíveis adulterados, entre outras.

SÃO SUSPEITOS donos de postos de combustíveis e distribuidoras do Estado, empresários e funcionários dos estabelecimentos, entre outros.

ELES IRÃO RESPONDER por organização criminosa, crime contra as relações de consumo, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e crime contra a ordem econômica.

A DENÚNCIA deve ser oferecida pelo Ministério Público Estadual (MP-ES) antes do recesso do Judiciário.



BOMBAS DE COMBUSTÍVEL: orientação para observar procedência

## Operação divulga nomes e fotos de dois foragidos

O Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas e à Corrupção (Nuroc), da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MP-ES), divulgaram, ontem, identidades e imagens de dois foragidos, com mandados de prisão preventiva em aberto.

Eles são procurados por conta da Operação "Lidima", deflagrada na segunda-feira. Os foragidos são: Carlos Alberto Barbosa de Souza, 51 anos, e Wellington Jorge Baldi Moreira, 40 anos.

Carlos Alberto é acusado de ser um dos gerentes que comandava o esquema de adulteração de combustíveis no Espírito Santo. Já Wellington é proprietário de uma empresa, do tipo Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR), que estaria envolvida no esquema.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), TRR é uma empresa autorizada pelo órgão a adquirir, em grande quantidade, combustível a granel, óleo lubrificante acabado e graxa envasados para depois vender a retalhos.

O TRR também é responsável pelo armazenamento, transporte, controle de qualidade e assistência técnica ao consumidor na comercialização de combustíveis.

No entanto, a investigação apontou que a empresa do tipo TRR estaria comercializando para o consumidor final, burlando a fiscalização e cometendo o crime de evasão fiscal. Além disso, estaria comprando combustível de empresas não autorizadas.

A Sesp ressaltou que a população pode repassar informações dos paradeiros dos suspeitos para o serviço Disque-Denúncia, pelo telefone 181 ou pelo site [www.disquedenuncia181.es.gov.br](http://www.disquedenuncia181.es.gov.br). O sigilo e anonimato são garantidos.

No site, também é possível anexar imagens e vídeos de ações criminosas.



CARLOS Alberto Barbosa de Souza



WELLINGTON Jorge Baldi Moreira

Fonte: Sesp e especialistas consultados.

**Espera**

Passageiros aguardam por ônibus em ponto lotado de Vila Velha. Poucos coletivos circularam.  
FOTO: Carlos Alberto Silva



## | ÔNIBUS |

# GREVE ACABA SEM PUNIÇÃO PARA OS RODOVIÁRIOS

Houve acordo com as empresas. Nas ruas, população ficou a pé

de NATALIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redgazeta.com.br

Após 40 horas de paralisação na Grande Vitória, a greve dos rodoviários chegou ao fim na tarde de ontem. Patrões e trabalhadores firmaram acordo durante audiência de conciliação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES). Será concedido 4,6% de reajuste nos salários, tiquete-alimentação, plano de saúde e seguro de vida. Ficou decidido ainda que os rodoviários que participaram do movimento não terão seus pontos cortados e que o sindicato ficará isento de multas.

A previsão do Sindiroviários é de que todos os coletivos circulem normalmente hoje. Na noite de ontem, a promessa era de que

os ônibus já voltassem a sair das garagens, mas a população ainda teve dificuldades na volta para casa.

A técnica de laboratório Larissa de Oliveira Lemos, 19, saiu do trabalho às 16h e teve de esperar até às 17h30 para conseguir embarcar do bairro Jockey, em Vila Velha, até o Terminal de Vila Velha. Lá esperou ainda mais por outro ônibus até chegar em Cariacica Sede. "Normalmente gasto duas horas para chegar em casa, mas nesse último dia de greve foram quatro horas."

Na segunda-feira, a Justiça determinou que os rodoviários colocassem 70% da frota circulando no horário de pico e 50% no horário normal, com pena de multa diária de R\$ 200 mil

**ENTENDA O ACORDO****FIM DA GREVE****► Data base**

Foi mantida em 1º de novembro. O sindicato pedia mudança para maio.

**► Reajuste**

Ficou definido em 4,6% sobre salário, vale-alimentação, plano de saúde e seguro de vida. Desses, 4% são relativos ao INPC e os 0,6% relativos à metade do que foi reduzido por decisão judicial sobre o reajuste concedido no ano anterior.

**► Extinção**

O reajuste de 4,6% é

retroativo à novembro

**► Garantia**

Ficou garantido que o ponto dos rodoviários não será cortado pelos dias de greve e que o sindicato está isento de multas.

**► Pagamento**

O pagamento do retroativo será feito na folha de janeiro de 2019.

**MEDIAÇÃO****► Proposta**

Os dois sindicatos, patronal e dos trabalhadores, aceitaram proposta do Ministério Público do Trabalho.

em caso de descumprimento. No entanto, ontem, menos de 10% da frota circulou pela manhã segundo a Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado (Ceturb-ES).

Diante disso, o governo do Estado anunciou que pediria a ilegalidade da greve além de aumento da multa diária para R\$ 500 mil. No entanto, o acordo que colocou fim da greve também anistiou o sindicato de pagar qualquer multa referente ao descumprimento das ordens judiciais.

**DIA DE CAOS**

Com pouquíssimos coletivos circulando e terminais fechados, o dia de ontem foi caótico para os quase 700

mil capixabas que dependem do transporte público. Quem optou por tirar o carro da garagem teve que enfrentar um trânsito pesado nas principais vias da Grande Vitória.

Em Vitória, duas escolas tiveram as aulas suspensas devido a paralisação. O Ifes de Cariacica também ficou fechado. Já em Vila Velha, as salas de vacina de seis unidades de saúde não abriram.

O prejuízo da greve refletiu no comércio, que teve baixa movimentação. A Federação do Comércio do Estado (Fecomércio) disse que o setor perdeu R\$ 10 milhões com cada dia de greve. (Com informações de Patrícia Scalzer, Caíque Verli, Raquel Lopes, Lara Rosado, Victor Muniz, Kaique Dias)

| ÔNIBUS |

# 10 PROCESSOS NA JUSTIÇA CONTRA SINDICATO

## Entre as ações contra trabalhadores, há atos sindicais abusivos

4 VILMARA FERNANDES  
vfernandes@redgazeta.com.br

Contra o Sindicato dos Rodoviários tramitam na Justiça do Trabalho um total de dez processos, dos quais dois são referentes a dissídios coletivos—procedimentos abertos quando não há acordo nas negociações trabalhistas entre patrões e empregados—do ano passado e o referente a greve que se encerrou ontem.

O levantamento foi realizado, a pedido da reportagem, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A maioria dos processos, incluindo ações civis públicas tratam, além dos dissídios, de outras irregularidades. Dentre elas ilegalidades em acordos, atos sindicais abusivos ou irregulares, problemas com as eleições, problemas de representatividade e ainda problemas em negociações coletivas.

Desde o ano de 2015 foram abertos um total de 63 processos, entre procedimentos e ações, contra o mesmo sindicato. Muitos destes casos acabaram sendo arquivados ou encerrados ou mesmo concluídos



Motoristas parados em frente à garagem da Viação Satélite, em Cariacica: dissídio do movimento grevista é um dos processos na Justiça

após a realização de acordos.

### OUTRO

Em levantamento anterior realizado por A GAZETA, de 1998 a 2015, haviam sido feitas contra o Sindiroviários um total de 257 denúncias junto ao MPT. Um total de 45 delas se transformou em ações judi-

ciais. Dessas, 25 foram arquivadas e 17 continuavam sendo acompanhadas pelos procuradores do trabalho.

O motivo das ações e denúncias naquela época era bem variado, mas parecido com as atuais: situações de ilegalidades em convenção coletiva, fraudes financeiras, cobrança ilegal de taxas,

vandalismo, desrespeito a jornadas de trabalho e até o uso ilegal da Justiça arbitral para solucionar problemas trabalhistas.

Também foram registradas ações referentes às paralisações ocorridas nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2010, 2013 e 2014. Uma delas motivada pela dis-

puta eleitoral interna do sindicato.

Processos que acabaram sendo arquivados ou extintos porque a greve acabou ou porque as partes chegaram a um acordo. São situações onde as multas aplicadas pela Justiça por não cumprimento das exigências—como não liberar o percentual da frota

determinado em decisão judicial—, acabaram sendo “perdoadas” durante as negociações do dissídio.

Fato semelhante ao ocorrido na tarde de ontem, quando patrões e trabalhadores firmaram acordo durante audiência de conciliação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES).

## Unidades de saúde ficaram fechadas e escolas suspenderam as aulas

Com poucos coletivos, quem estava nos pontos de ônibus perdeu aula, compromissos e até consultas médicas. O atendimento das unidades de saúde de Vila Velha ficou prejudicado já que vários servidores não conseguiram chegar nos postos. Ao todo, seis unidades ficaram com as salas de vacinas fechadas.

As unidades que tiveram o atendimento prejudicado foram em Vila Nova, Terra Vermelha, Dom João Batista, Jardim Colorado, Santa

Rita e São Torquato. Segundo a prefeitura, as consultas e marcação de exames vão ser reagendados, assim que a normalidade for retomada no transporte coletivo. Em Cobalândia, o pronto-atendimento ficou lotado com pacientes à espera de enfermeiros, que não conseguiram chegar ao local.

A doméstica Ilda Conceição, que precisa fazer uma cirurgia no coração, tinha um teste ergométrico marcado no hospital, mas não conseguiu chegar a tempo.

“Estava com uma esteira para risco cirúrgico no Hospital das Clínicas marcada há três meses. Vou perder porque simplesmente não tem ônibus”, lamentou.

Os alunos de faculdades e escolas públicas e particulares da Grande Vitória também foram prejudicados. Duas creches municipais de Vitória tiveram as aulas suspensas por conta da paralisação: Dom João Batista da Motta e Albuquerque e Zenaide Albuquerque Marcarini Cavalcanti. Segundo a pre-

feitura, o dia letivo será posto dentro do calendário escolar de cada unidade.

As aulas de duas escolas particulares também não ocorreram, são elas Ping Pong Educação Infantil, em Vitória, e Grão de Areia Educação Infantil, em Vila Velha. O Ifes de Cariacica também ficou fechado. Na Ufes, não houve fornecimento de refeições no Restaurante Universitário do campus de Maruípe, em Vitória, porque os funcionários não conseguiram chegar.



Pacientes ficaram à espera de enfermeiros em Cobalândia



Garagem lotada de ônibus parados da empresa Grande Vitória, em Estrelinha, na Capital: apedrejamento de veículos será investigado por solicitação do MPF

| ÔNIBUS |

# MPF QUER APURAÇÃO DE CRIMES DURANTE A GREVE

Foi pedido à PF que investigue ameaça a rodoviários que trabalharam

▲ NATALIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redgazeta.com.br

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) pediu à Polícia Federal que seja instaurado um inquérito para apurar a autoria dos crimes ocorridos durante a greve dos rodoviários, que acabou com um acordo entre a categoria e os patrões no fim da tarde de ontem. Segundo o órgão, a apuração dirá se houve crime contra a organização do trabalho.

O MPF-ES ressaltou que 11 ônibus foram apedrejados e duas pessoas teriam ficado gravemente feridas durante os ataques aos coletivos. Houve relatos ainda de ameaças contra rodoviários que estavam trabalhando.

No entendimento do órgão, as condutas podem tipificar crimes previstos no Código Penal como os artigos 197, constranger alguém, mediante violên-

**11**  
**COLETIVOS**

É o número dos ônibus que foram apedrejados durante a greve.

cia ou grave ameaça a trabalhar ou não em determinado período; artigo 200, participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou coisa; e artigo 201, participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo.

O MPF deu prazo de 90 dias para conclusão das investigações.

**FERIDOS**

Dois passageiros ficaram feridos após um ônibus

ser apedrejado ao passar pelo bairro Tucum, em Cariacica, por volta das 6 horas de ontem. Com o impacto da pedra, um homem ficou com um ferimento na cabeça e o rosto ensanguentado. Uma mulher foi atingida por estilhaços de vidro perto do olho.

Os dois foram socorridos para o Pronto-Atendimento de Alto Lage, também em Cariacica, e depois encaminhados ao Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria, em Vila Velha. Não há informação do estado de saúde deles.

Procurada para dar mais detalhes do que aconteceu, a Polícia Militar informou, por meio de nota, que não houve registro dessa ocorrência.

Segundo o sindicato patronal GVBus, durante a greve 11 ônibus foram apedrejados e pneus foram furados. Não há informação ainda sobre quem estaria ligado aos ataques.

## Motorista deita na saída de garagem e vai preso na Serra

REPRODUÇÃO/VIDEO DO LEITOR

Um motorista de ônibus deitou em frente à garagem da empresa Santa Paula, na Serra, a fim de impedir a saída dos veículos e foi preso pela Polícia Militar na manhã de ontem. Valmir Boldt, de 52 anos, foi encaminhado para a delegacia da Serra.

Para dar apoio ao motorista detido, rodoviários se concentraram na frente à delegacia. Segundo eles, Valdir é delegado de base do sindicato.

Por volta de 9 horas de ontem, Valmir foi liberado. Quando saiu da delegacia, os companheiros de categoria deram uma salva de palmas. Em entrevista à CBN Vitória, Valmir disse que foi detido porque estava apoiando o movimento dos rodoviários.



Valmir Boldt deitou para impedir saída de ônibus

“Nós estamos revoltados. Na segunda-feira, rodou 70% da frota de ônibus que foi o que a Justiça pediu e mesmo assim acharam ilegal. Hoje (ontem) os motoristas e cobradores se

revoltaram.”

Segundo a Polícia Civil, Valmir assinou um Termo Circunstanciado por resistência, desobediência e desacato. Agora, ele vai responder em liberdade.

# Reportagem Especial



ASSEMBLEIA NA PRAÇA OITO reuniu motoristas e cobradores, na tarde de ontem, ocasião em que a categoria aprovou o fim do movimento grevista

## PARALISAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO

# Greve chega ao fim e Polícia Federal vai investigar abusos

Inquérito será instaurado hoje e as investigações vão durar 90 dias. Grevistas conseguiram aumento de 4,6%

Depois de um dia de caos, com radicalização da greve impedindo o direito de ir e vir, 11 ônibus apedrejados e passageiros feridos durante ataques em coletivos, a paralisação dos motoristas e cobradores, iniciada na última segunda-feira, chegou ao fim. Mas os abusos cometidos serão investigados pela Polícia Federal. O pedido foi feito ontem pelo

Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES), que requiriu que seja instaurado o inquérito para apurar a autoria dos crimes contra organização do trabalho ocorridos durante o movimento paredista dos rodoviários. No entendimento do MPF-ES, os responsáveis podem responder por três crimes previstos no Código Penal: constranger alguém mediante violência; participar de abandono coletivo de trabalho; e participar de suspensão coletiva de trabalho, provocando a interrupção de serviço de interesse coletivo - como é o caso do transporte público. Somadas, as penas previstas podem chegar a quatro anos de prisão e multa, se condenados. A investigação será conduzida pela

Polícia Federal por causa do tipo do crime. Segundo o MPF-ES, compete à Justiça Federal processar e julgar crimes contra a organização do trabalho. O prazo para conclusão das investigações é de 90 dias. A Polícia Federal informou que, apesar de a greve ter acabado, os danos causados precisam ser apurados com rigor. Em audiência de conciliação, os rodoviários conseguiram aumento de 4,6% no salário, no ticket-alimentação e no plano de saúde. Assim, os ônibus voltaram às ruas gradativamente, mas na noite de ontem havia muitas queixas de usuários. A promessa é que hoje tudo esteja normalizado. Fontes do órgão disseram que

irão analisar os fatos com muita cautela, pois isso servirá de exemplo para inibir eventuais radicalizações de movimentos grevistas. A investigação buscará identificar autor ou autores que praticaram condutas consideradas reprováveis, como atos de vandalismo, e aqueles que ordenaram ataques. Para auxiliar nas investigações, todas as provas serão fundamentais. Elas incluem imagens de câmeras dos ônibus e até filmagens de celulares feitas por testemunhas. Procurado ontem, Lúcio Lima, porta-voz do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado (Sindirodoviários), limitou-se a dizer que apoia as investigações e deseja que os culpados sejam punidos.

### VALORES

#### COMO ERA

- SALÁRIO DE MOTORISTA: R\$ 2.228
- SALÁRIO DE COBRADOR: R\$ 1.150
- VALOR DO TÍQUETE: R\$ 696
- PLANO DE SAÚDE: PARTICIPATIVO. Valor varia de acordo com a faixa etária

#### COMO FICOU

- SALÁRIO DE MOTORISTA: R\$ 2.330
- SALÁRIO DE COBRADOR: R\$ 1.202
- VALOR DO TÍQUETE: R\$ 728
- PLANO DE SAÚDE: PARTE PAGA pela empresa aumentou 4,6%

### OS SUPOSTOS CRIMES

#### Atentado contra a liberdade de trabalho

- ARTIGO 197
- > CONSTRANGER ALGUÉM, mediante violência ou grave ameaça;
  - > II - a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de parede ou paralisação de atividade econômica.
  - > PENA - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

#### Paralisação de trabalho, perturbação de violência ou perturbação da ordem

- ARTIGO 200
- > PARTICIPAR de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando a violência contra pessoa ou contra coisa.
  - > PENA - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.
  - > PARÁGRAFO ÚNICO - Para que se considere coletivo o abandono de trabalho é indispensável o concurso de, pelo menos, três empregados.

#### Paralisação de trabalho de interesse coletivo

- ARTIGO 201
- > PARTICIPAR de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo.
  - > PENA - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

### O ACORDO ENTRE RODOVIÁRIOS E EMPRESÁRIOS

## Trechos da ata da audiência de conciliação

- 1 Manutenção da data-base em 1º de novembro.
- 2 Reajuste de 4,6% a partir do dia 1º/11/2018, detalhado da seguinte forma: 4% equivalentes ao INPC (Índice de inflação do Brasil) de período compreendido entre 1º/11/2017 e 31/10/2017, acrescidos, de 0,6% relativos à metade da diferença (1,2%) entre o que foi deferido pelo TRT-ES em processo (3%) e o índice resultante da decisão proferida pelo Ministro Presidente do TST (1,8%) nesse mesmo processo.
- 3 O reajuste de 4,6% retroagirá à data-base, ou seja, 1º/11/2018, e incidirá sobre as seguintes verbas: salário, vale-alimentação; plano de saúde e seguro de vida em grupo.

- 4 Elaboração de petição conjunta do Dissídio Coletivo de Greve requerendo a respectiva extinção.
- 5 Elaboração de instrumento normativo autocompositivo com a garantia para as partes de que as cláusulas deferidas pelo TRT-ES no Dissídio Coletivo de Greve seriam mantidas pelas partes, salvo se os interessados, de comum acordo, se compuserem em sentido diverso.
- 6 Garantia de não punição trabalhista pela participação dos rodoviários na presente greve e isenção de multa contra o sindicato.
- 7 O pagamento retroativo da diferença decorrente do reajuste ora pactuado, ocorrerá na folha de pagamento do mês de janeiro de 2019.

### CENA DO SUFOCO



## Espera de quatro horas

A doméstica Luciana Silva, 35, saiu de sua casa, em Porto Belo, em Cariacica, às 4h30 e foi até o terminal de Carapina, para tentar chegar ao trabalho.

"Como trabalho em Vila Velha e no meu bairro não tinha ônibus para Campo Grande, fui até Carapina pegar um ônibus, mas estou há quatro horas esperando."



CACHORRO descansa em terminal

Reportagem Especial

PARALISAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO

# Acordo livra grevistas de multas

O sexto item do acordo de conciliação assinado entre rodoviários e patrões garante que não haverá multa nem punições

O acordo entre rodoviários e patrões selado ontem no Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) prevê a garantia de que não haverá punição aos grevistas que participaram do movimento, inclusive perdendo o sindicato que representa a categoria de multa - na esfera trabalhista.

Pouco antes da greve começar, a sentença do desembargador federal do Trabalho José Luiz Serafini havia determinado multa diária no valor de R\$ 200 mil ao sindicato no caso de descumprimento de circulação de frota mínima de 70% dos ônibus nos horários de pico.

Para o Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus), houve descumprimento.

Os empresários, inclusive, deram entrada no TRT-ES com uma petição de descumprimento da liminar, pedindo a penhora on-line da multa diária, além do aumento



AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO entre patrões e rodoviários no Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo: partes conseguiram chegar a acordo

desse valor.

O GVBus alegou que, no primeiro dia de greve, os rodoviários chegaram a colocar apenas metade dos ônibus nas ruas em horário de pico. Ontem, mesmo após conciliação, o diretor executivo do GVBus Elias Baltazar disse que, no pico da manhã, apenas 9% da frota circulou. "Nós temos um total de

11 ônibus que foram apedrejados. O prejuízo total será levantado", ressaltou Baltazar à reportagem.

A Procuradoria-Geral do Estado também pediu que o Tribunal do Trabalho declarasse a ilegalidade da greve e o aumento do valor da multa saltasse para R\$ 500 mil por dia para que seja penalizado o sindicato.

O sexto item do acordo, no entanto, garante que não haja multa, nem punições; apesar dos pedidos anteriores, tanto de empresários quanto do governo do Estado.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários), José Carlos Sales disse que a diretoria não teve nada a ver com a paralisação total da frota no segundo dia de greve da categoria.

Já o membro da Confederação dos Trabalhadores em Transportes e porta-voz do Sindirodoviários, Lúcio Lima, disse que de qualquer modo a multa já era passível de contestação e poderia ser questionada, "mas um acordo entre as partes é sempre bom".



LEONE GLESIAS/AT

## Filiação à CUT há um mês

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Espírito Santo (Sindirodoviários) filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) há menos um mês.

Membro da Confederação dos Trabalhadores em Transportes e porta voz do Sindirodoviários, Lúcio Lima explicou que a legislação permite que as entidades sindicais se filiem a outra entidade de grau superior.

O motivo da escolha, segundo Lima, foi por questões políticas e afinidades ideológicas.

Essa foi a primeira greve dos ro-

doviários sob o guarda-chuva da CUT e também sob o comando do cobrador José Carlos Sales.

Sales foi eleito em outubro deste ano após um pleito conturbado, com alegação de fraude por parte da chapa da situação, que levou a questão à Justiça, alegando que houve favorecimento para a chapa encabeçada por Sales. Ele atua como cobrador em coletivos da Grande Vitória há cerca de 25 anos.

A nova eleição para comandar a categoria só foi feita depois que as três chapas concorrentes decidiram, em acordo na Justiça, convocar novo pleito.

## CASOS

### Comércio afetado

Quem ficou preocupada com a greve dos motoristas de ônibus foi a gerente de uma loja no centro de Vitória Edna Ladislau, 55 anos. Motivo: queda nas vendas do comércio.

"Nossa expectativa era recuperar vendas agora em dezembro, porém essa greve está afetando nosso trabalho."



ANTONIO MOREIRA/AT



### Falta de funcionário

O gerente de uma loja de móveis no centro de Vitória, Horácio Pandolfi, 61, teve que abrir a loja com dois funcionários a menos devido à paralisação dos ônibus. "Como hoje não tivemos nenhum ônibus circulando, dois funcionários não conseguiram chegar ao trabalho", disse.

Ainda segundo o gerente, o movimento na loja foi prejudicado pelo movimento grevista. "As pessoas dependem do transporte para se locomover e o comércio é afetado, já que não há movimentação."

ANTONIO MOREIRA/AT

### Carona amiga

Em meio ao caos foi possível ver gestos de solidariedade. O auxiliar de vendas Douglas Novaes, de 36 anos, que atua no centro de Vitória, foi trabalhar de moto e ainda deu carona para o colega de trabalho.

"Saí de Rio Marinho, em Cariacica, vim de moto e ainda trouxe meu colega. Trabalho com vendas e dependendo de movimento nas ruas."



## Reportagem Especial

### PARALISAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO

# Quebra-quebra, prisão e tumulto

**P**risão, ônibus apedrejados, terminais fechados, pontos lotados e muito transtorno para os 700 mil passageiros que dependem do transporte coletivo na Grande Vitória.

Ontem, no segundo dia de greve dos motoristas, mais de 1.300 coletivos deixaram de circular – o que representa 92% da frota. No horário de pico da manhã, quando 70% dos ônibus deveriam deixar as garagens, somente 8% foram para a rua, ou seja, cerca de 90 veículos.

Durante o dia, 11 ônibus foram apedrejados e alguns tiveram seus pneus furados. Duas passageiras ficaram feridas próximo à Tucum, em Cariacica, e foram encaminhadas para o PA de Alto Laje.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alexandre Ramalho, acredita que a ação foi realizada por participantes do movimento grevista.

Na Serra, um motorista de ônibus deitou no chão em frente à garagem da Viação Santa Paula para impedir que os coletivos fossem para a rua.

Houve um princípio de confusão quando a PM começou a retirá-lo, já que alguns manifestantes ameaçaram ir para cima dos policiais, que chegaram a usar spray de

pimenta para afastá-los.

"A ação desse motorista foi um pretexto para gerar um confronto com a polícia, mas a remoção foi realizada sem nenhum ato de violência", disse o comandante-geral.

O motorista foi levado à delegacia, sendo liberado em seguida.

Ainda na Serra, a PM apreendeu diversos pneus que seriam incendiados por grevistas na BR-101. Outro problema ocorrido no município, desta vez no Terminal de Laranjeiras, refere-se à depredação em vidros logo na chegada.

Os terminais de Jardim América, Laranjeiras, Vila Velha e Ibes chegaram a fechar as portas pela manhã, inclusive com grevistas parando ônibus. Com isso, os passageiros tiveram de esperar pelos ônibus na rua. O problema piorou mais ainda porque os ônibus pararam de ir de um terminal para o outro.

De acordo com o presidente da Ceturb-ES, Alex Mariano, o fechamento do terminal foi necessário para evitar tumultos. "As pessoas iriam entrar no terminal, mas não conseguiriam embarcar. Isso iria superlotar os terminais, o que poderia resultar em conflito. Com isso, os ônibus que iam de um terminal para o outro foram para os bairros para minimizar o impacto."



**VIDROS FORAM** destruídos logo na entrada do Terminal de Laranjeiras, na Serra, durante paralisação

## CENAS DO SUFOCO



### Teste de paciência

Na hora de esperar por um ônibus foi preciso um verdadeiro teste de paciência. Enquanto alguns passageiros permaneciam em pé na fila na esperança de conseguir embarcar, outros sentavam desolados.

Nas ruas, o sufoco era semelhante. A técnica de Enfermagem Lilian Aparecida, 29 anos, estava há 24 horas sem dormir, devido ao plantão que fez no trabalho, e ainda dependia do ônibus para chegar até sua casa, na Praia da Costa, Vila Velha.

"Trabalho no Pronto Atendimento do trevo de Alto Laje, em Cariacica, e estou no ponto há duas horas esperando um ônibus, mas até agora não passou nenhum. Estou muito cansada e queria muito chegar em casa."



**MOTORISTA** deitou no chão para impedir que os ônibus fossem para as ruas

## Comércio deixa de lucrar R\$ 20 milhões com greve

Em dois dias de paralisação do transporte público por conta da greve dos rodoviários, o comércio da Grande Vitória deixou de lucrar cerca de R\$ 20 milhões.

Esta é a estimativa prevista pelo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (Fecomércio), José Lino Sepulcri. Ontem, o movimento seguiu fraco e, como no dia anterior, caiu pela metade.

"Entre ontem (segunda-feira) e hoje (ontem), a previsão é que deixamos de faturar em torno de R\$ 20 milhões. Não houve movimento nas cidades e nos bairros. E teve um agravamento, boa parte dos funcionários não conseguiu chegar ao trabalho por falta de deslocamento", explicou Sepulcri.

Com o fim da greve, ele espera

que as vendas sejam retomadas e o comércio volte a se fortalecer rapidamente, principalmente em função do alto movimento no mês de dezembro.

Outros serviços também foram afetados pelo número reduzido de ônibus circulando nas ruas da Grande Vitória.

Em Vila Velha, a unidade de saúde de São Torquato ficou com a sala de vacinas fechada por conta da ausência de enfermeiros. No município, outras seis unidades apresentaram dificuldades no funcionamento.

Já na Capital, duas unidades municipais de ensino, os Cmeis Dom João Batista da Motta e Albuquerque e Zenaide Genoveva Marcarini Cavalcanti, não funcionaram. O dia letivo será reposto.



### Nem taxista tinha horário

A atendente de loja Shirley Souza, 35, mora em Santana, Cariacica, e tentava chegar até Campo Grande, no seu local de trabalho. Ela, que estava desde às 6h30 no ponto de ônibus, alegou que nem os táxis tinham corrida disponível.

"Já são 9 horas e até agora estou aqui aguardando um transporte. Tentei pedir um táxi, porém o taxista não tem horário disponível, de tanta gente que está pedindo a corrida."



### Sem previsão para chegar ao trabalho

O supervisor de compras Luis Henrique, de 23 anos, aguardava por um ônibus desde as 6 horas para chegar ao trabalho, na Praia do Canto, em Vitória.

"Moro em Morada de Santa Fé, Cariacica, e fiquei no terminal de Campo Grande, em Cariacica, aguardando, mas sem previsão de ônibus. Hoje não sei se consigo trabalhar", lamentou.



## OPINIÃO DA GAZETA

**GREVISTAS DEVEM RESPEITAR A LEI**

≡ Ao lutar por benefícios, rodoviários não podem descumprir ordens judiciais e atropelar necessidades inadiáveis da população

“ Neste país ninguém cumpre a lei”. Essa afirmação poderia ter sido dita ontem por qualquer uma das 700 mil pessoas que dependem do transporte coletivo na Grande Vitória, a respeito da desobediência dos rodoviários à ordem judicial que previa 70% da frota nas ruas nos horários de pico. Mas, na verdade, a frase foi proferida em 1991, pelo então presidente do sindicato dos trabalhadores do setor, para tentar justificar o porquê de o movimento grevista, já naquela época, não respeitar decisões da Justiça.

A legislação que assegura o direito de greve é a mesma que estabelece limites para o exercício desse direito. Antes consideradas crimes, as mobilizações paredistas passaram a ser entendidas, pela Constituição de 1988 e pela Lei de Greve, como ficou conhecida a Lei 7.783, de 1989, como garantia fundamental dos trabalhadores. No entanto, ao praticar sua liberdade de lutar por benefícios, uma categoria não pode atropelar necessidades inadiáveis da população. Por isso, é condenável a atitude dos rodoviários, que no segundo dia

## 10 PROCESSOS

É o total de ações que tramitam na Justiça, desde 1980, que envolvem ilegalidade de greves e dissídios coletivos dos rodoviários.

de paralisação descumpriram regras expressas de manter 70% dos ônibus circulando nos horários de pico. Isso com uma reunião de conciliação com os empresários já marcada. Foi desse encontro mediado pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho, antecipado para ontem, que saiu o acordo que pôs fim à paralisação. Os rodoviários vão receber reajuste linear de 4,6%.

Antes disso, segundo as empresas, nem 10% dos ônibus saíram das garagens, na manhã de ontem, impedindo o direito de ir e vir dos moradores e, conseqüentemente, travando o acesso a bens e serviços, como hospitais e escolas.

Os rodoviários, como vê-se, têm um histórico de descumprimento de ordens judiciais. Levantamento feito por este jornal mostra que, desde a década de 1980, dez processos que envolvem ilegalidade de greves e dissídios coletivos da categoria ainda tramitam na Justiça. Entra diretoria, sai diretoria, e o desdém pela lei continua o mesmo.

Não se trata de questionar o mérito das reivindicações. A mobilização por melhores condições de trabalho e salários é prerrogativa dos profissionais. Acontece que o reconhecimento das paralisações como garantia constitucional também imprimiu civilidade a esse instrumento – é permitido o uso, mas não o abuso desse direito.

Como parte do acordo feito ontem, os rodoviários não serão multados por não terem cumprido a ordem da Justiça de colocar 70% da frota nas ruas nos horários de pico. Os pontos dos trabalhadores não serão cortados. Compreende-se que foi uma negociação, arbitrada pela Justiça. Mas há o risco de essa impunidade servir de estímulo para novos abusos, o que espera-se que não aconteça.

## General e delegado são reforço na Justiça

➤ O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, anunciou dois nomes que farão parte da pasta. O general Guilherme Theophilo e o delegado da Polícia Federal Luiz Pontel. Pontel será o número dois do ministério, ocupando o cargo de secretário-executivo.

Já Theophilo, que foi candidato ao governo do Ceará pelo PSDB nas eleições deste ano, para o cargo de Secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp). De acordo com Moro, o general se desfilou do partido e, por isso, não se trata de uma indicação "político-partidária".

A candidatura de Theophilo foi patrocinada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ele teve 11,3% dos votos válidos e ficou em segundo lugar, atrás do atual governador, Camilo Santana (PT), reeleito com 79,9% dos votos.

O futuro ministro disse que, ao fazer a indicação, se inspirou no trabalho



General Theophilo comandará a Senasp



Luiz Pontel será o número 2 da pasta

que o general Walter Braga Netto tem feito na intervenção federal no Rio de Janeiro. "Ele tem uma larga experiência, um longo currículo de trabalhos relevantes efetuados no exército. E mais do que um homem de ação, embora ele seja de ação, eu queria um homem de gestão e fiquei impressionado positivamente com o trabalho que vem sendo feito no Rio de Janeiro pelo general Braga Netto e um trabalho

similar, respeitada a autonomia dos estados, é o objetivo na Senasp", disse.

### NÚMERO DOIS

Já o delegado federal Luiz Pontel atualmente é o secretário nacional de Justiça, uma das áreas mais estratégicas do ministério. Luiz Pontel já foi o número dois na hierarquia da Polícia Federal (diretor-executivo) e é ligado ao ex-diretor-geral da corporação Leandro Daiello e ao atual

diretor-geral, Rogério Galloro.

Pontel também já foi adido da PF em Lisboa e trabalhou na Secretaria Nacional de Justiça como gerente de projeto.

Moro destacou aos jornalistas que o futuro secretário-executivo participou da investigação do caso Baneestado e contribuiu para a primeira prisão do doleiro Alberto Youssef, um dos primeiros delatores da Operação Lava Jato.

# Ex-deputada Sueli Vidigal é denunciada por rachid na Câmara

**Ex-parlamentar teria ficado com parte de salário de assessora em 2007 e 2008**

de NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

A ex-deputada federal Sueli Vidigal (PDT) foi denunciada pelo Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) pela prática de rachid, que é quando uma autoridade se apropria do salário dos servidores para poder se manter no cargo.

As vantagens indevidas teriam sido exigidas por dez vezes, entre agosto de 2007 e fevereiro de 2008, época em que Sueli estava em seu primeiro mandato na Câmara de Deputados, que foi de 2007 a 2011.

Por conta desses fatos, o Ministério Público pede a condenação de Sueli por ato de improbidade administrativa, e pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.



Sueli Vidigal na tribuna da Câmara: MPF pede a condenação da ex-deputada

Sueli é esposa do deputado federal Sérgio Vidigal (PDT), já ocupou a Secretaria de Assistência Social do governo do Estado, e foi derrotada nas eleições

deste ano, para o cargo de deputada estadual.

De acordo com a denúncia, uma assessora de Sueli, Else Rosiene Maia, e um assessor do então de-

putado estadual Wanildo Sarnágliã (PTdoB), seu aliado político, por diversas vezes transferiram parcela de seus salários para conta bancária de

LEONARDO PRADO/AGÊNCIA CÂMARA/ARQUIVO

**R\$ 53,7 MIL**

É o valor de que a ex-deputada é acusada de ter se apropriado.

uma outra assessora da petebista, que repassava os valores a ela. Com isso, então parlamentar recebeu vantagem indevida no valor total de R\$ 18.464,99, o que em valores atualizados chega à soma de R\$ 53.751,27.

## CONSEQUÊNCIAS

Na ação de improbidade administrativa, o MPF pede a indisponibilidade de R\$ 53,7 mil em bens da ex-deputada para o ressarcimento do dano, assim como as sanções previstas pela lei, de suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil e proibição de contratar

com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de crédito.

Já na ação penal, o MPF pede a condenação de Sueli Vidigal pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com penas de prisão mínimas de dois e três anos, respectivamente.

A Justiça precisa decidir pelo recebimento das denúncias para que o processo tenha início.

## OUTRO LADO

Procurada, a ex-deputada se manifestou por meio de seu advogado, Altamiro Thadeu Sobreiro, que frisou que Sueli tem uma vida pública "pautada pela retidão e seriedade". "A defesa tem convicção que as manifestações jurídicas nos processos trarão elementos de convicção que certamente culminarão com o não recebimento da ação de improbidade, bem como conduzirão à absolvição sumária na seara penal", afirmou.

## Sueli é processada acusada de “rachid”

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) entrou com uma representação contra a ex-deputada federal Sueli Vidigal (PDT). Ela está sendo acusada da prática de “rachid” – quando o servidor público é obrigado a dar parte do salário

EDUARDO RIBEIRO - 03/02/2018



**SUELI** nega irregularidade

em troca da manutenção do cargo – entre os anos de 2007 e 2008, quando era parlamentar.

Segundo a denúncia, o MPF-ES teria conseguido comprovar repasses feitos por dois servidores do gabinete da ex-deputada destinados a ela. O esquema teria dado a Sueli R\$ 53.751,27 em vantagens indevidas.

Ainda de acordo com o MPF-ES, uma terceira pessoa recebia os valores depositados pelos assessores, os transferindo, em seguida, para Sueli.

O órgão ministerial pede que Sueli seja responsabilizada nas esferas criminal e cível.

Por meio de nota, a defesa da deputada disse ter convicção de que as manifestações jurídicas a serem apresentadas culminarão com o não recebimento da denúncia contra Sueli.

| REFORMA DA PREVIDÊNCIA |

# SALÁRIO INTEGRAL PARA SERVIDOR SÓ COM 65 ANOS

## Diferença entre homens e mulheres ainda não está definida

BRASÍLIA

« A proposta de reforma da Previdência elaborada pela equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, prevê que servidores públicos que ingressaram na carreira antes de 2003 só poderão se aposentar com integralidade (recebendo o último salário) e paridade (tendo direito ao mesmo reajuste salarial que os ativos) se atingirem idade mínima de 65 anos.

Ainda não se sabe se haverá diferença de idade para homens e mulheres. Essa regra já fazia parte da reforma que foi apresentada pelo presidente Michel Temer ao Congresso e sofreu forte resistência do lobby do funcionalismo. No entanto, a nova equipe econômica avalia que é preciso manter o discurso de combate aos privilégios para ganhar apoio à reforma.

A exigência da idade mínima tornaria mais igualitários os regimes dos servidores e dos trabalhadores do setor privado. Isso, no entanto, não impactaria quem está na ativa e já atingiu os requisitos mínimos para aposentadoria. Essas pessoas já têm direitos adquiridos.

Ao mesmo tempo, a proposta prevê a desvinculação



ALEX FERREIRA/AG. CÂMARA/ARQUIVO

Onyx Lorenzoni diz que maior dificuldade é conseguir apoio no Congresso

das aposentadorias do salário mínimo e a antecipação do benefício para idosos e deficientes da baixa renda que não contribuem para o regime previdenciário e são enquadrados na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Hoje, esse grupo tem direito a um salário mínimo quando atinge 65 anos de idade.

A ideia é que a partir de

55 anos esses beneficiários já possam ter alguma renda. Uma possibilidade é receber R\$ 150 com 55 anos, R\$ 200 com 57 anos e R\$ 250 com 60 anos. Os valores vão crescendo gradualmente até que a pessoa chegue aos 65 anos. O valor cheio, no entanto, pode acabar ficando abaixo do salário mínimo, pois também seria desvinculado. Essa modalidade,

chamada de assistência fásica (por etapa), seria opcional e só valeria para os benefícios assistenciais.

A desvinculação do salário mínimo está dentro do plano geral de desindexação da economia que a equipe de Bolsonaro pretende implementar. A avaliação é que isso ajuda a derrubar o argumento de que a aposentadoria não pode ser in-

*“Queremos aprovar (a reforma) no primeiro ano, mas temos que reconhecer que nossa dificuldade passa por um Congresso que vem bastante renovado”*

ONYX LORENZONI FUTURO  
MINISTRO DA CASA CIVIL

ideia do novo presidente é fazer a reforma da Previdência sem correria. Segundo ele, o governo não quer um remendo, mas um modelo que dure 30 anos. “O governo não tem açodamento”, disse o ministro, durante entrevista coletiva no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília, onde a equipe de transição se reúne.

Ele disse que a meta é aprovar a reforma em 2019, mas admitiu que será preciso convencer tanto o novo Congresso quanto a sociedade, e que isso leva tempo:

“Queremos aprovar no primeiro ano, mas temos que reconhecer que nossa dificuldade passa por um Congresso que vem bastante renovado.”

ferior ao piso nacional por ser considerada cláusula pétreia da Constituição.

Segundo fonte a par das discussões, o presidente já deu as linhas gerais: não quer mudanças abruptas nem deixar alguns segmentos em “grande desconforto” para votar a matéria. Será a reforma possível, disse a fonte, acrescentando que a proposta precisa ter consistência técnica para dar uma resposta ao mercado.

### SEM CORRERIA

O futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou ontem que a

Os técnicos que estão trabalhando no desenho da reforma pretendem fechar o texto ainda em janeiro para apresentá-lo ao Congresso na abertura do ano legislativo. Nesse momento, explicou uma fonte, “estamos pinçando pontos comuns em várias propostas”. A reforma de Temer não seria aproveitada integralmente porque estaria contaminada e “difícilmente, seria aprovada”. (Agência Globo)

## Regime de capitalização para novo funcionário

« Se a proposta de idade mínima de 65 anos para servidores deve atingir apenas os trabalhadores que ingressaram na carreira antes de 2003, para novos profissionais, após essa data, a ideia é criar um regime de capitalização em que cada um contribuirá para uma conta individual de aposentadoria.

No regime atual, de repartição, os trabalhadores

na ativa financiam a aposentadoria dos mais velhos. A capitalização será acompanhada de mudança no regime de contribuição previdenciária, baseado atualmente na folha de pagamento, considerada deteriorada por causa da informalidade e das novas modalidades no mercado de trabalho. A ideia é arrumar uma fonte de recursos segura para ar-

car com o custo do regime atual, que perderá receitas com a capitalização.

O diretor executivo da agência de classificação de risco Fitch Ratings, Rafael Guedes, disse que o país tem poucas condições de arcar com os custos de eventual adoção do regime de capitalização na Previdência.

Segundo ele, o sistema é caro porque seca a fonte de

financiamento do regime de repartição. Ao separar recursos captados hoje para aposentadorias do futuro, reduz-se as verbas que financiam os benefícios do presente. Em sua opinião, a transição só seria possível se a reforma do atual regime for mais agressiva: “A capitalização tem custo alto. As contas fiscais do país não permitem esse gasto inicial.”



ARQUIVO

Previdência: reforma visa à diminuição de rombo

# Pedagoga nega ter chantageado Amaro

Em depoimento prestado à polícia na última sexta-feira, ao qual a reportagem teve acesso, a mulher acusada de envolvimento na tentativa de extorsão ao deputado estadual Amaro Neto (PRB) afirma que, na verdade, quem ofereceu a quantia de R\$ 500 mil foi o parlamentar.

O valor seria para que ela e o marido ficassem em silêncio sobre o caso amoroso que confessou manter com Amaro desde o início deste ano.

Ainda de acordo com a pedagoga Keila Bonde no depoimento, Amaro chegou a ir à casa dela, no bairro Campo Grande, em Cariacica, usando um veículo oficial da Assembleia Legislativa. O objetivo da visita teria sido oferecer dinheiro em troca do silêncio do casal. Ela também afirmou que ele estaria alcoolizado, na ocasião.

Já sobre o acerto que teria sido feito entre o marido dela, o policial militar Fernando Marcos Ferreira, e o assessor de Amaro, Keila afirma que não ouviu a conversa entre os dois, uma vez que estaria na cozinha, enquanto eles conversavam em outro cômodo da casa.

Keila, segundo o depoimento prestado ao delegado Brenno Andrade de Souza, afirma que o caso só foi descoberto após seu

marido ter acesso às mensagens trocadas com o parlamentar. Em outro trecho do depoimento, Keila sustenta que o deputado chegou a ordenar, sob ameaças, que ela fizesse uma tatuagem com o slogan de sua campanha: “Coragem e Coração”.

Ela também contou à polícia que Amaro, eleito no pleito em outubro, disse que a levaria para Brasília de uma forma ou de outra, tão logo assumisse o mandato na Câmara dos Deputados.

Procurado na tarde de ontem, o deputado se limitou a dizer que “o caso está nas mãos da polícia” e que não comentaria.

divulgação



**AMARO:** “Caso está com a polícia”



## CLÁUDIO HUMBERTO

[www.claudiohumberto.com.br](http://www.claudiohumberto.com.br) | [claudiohumberto@odianet.com.br](mailto:claudiohumberto@odianet.com.br)

“Eu não sou presidiário querendo dar entrevista”

Cristiano Caiado de Acioli após ameaça de prisão do ministro Ricardo Lewandowski

### “Furar” teto salarial poderá render 6 anos de prisão

Estará sujeito a prisão de 2 a 6 anos quem autorizar penduricalhos nos salários de servidores federais. A regra que criminaliza o desrespeito ao teto de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) vale inclusive para autoridades do Judiciário. É o principal destaque do relatório do deputado Rubens Bueno (PPS-PR) sobre o projeto que regulamenta o teto salarial do servidor público. O projeto está pronto para ser votado desde julho, mas a proximidade da eleição o fez desaparecer da pauta.



REPRODUÇÃO INSTAGRAM/TV  
**LEWANDOWSKI** foi filmado pelo advogado Cristiano Acioli (destaque), que disse estar exercendo o direito de se manifestar. O ministro retrucou: "Vem cá, você quer ser preso?"

## Detido após dizer que STF é uma vergonha

**Advogado critica ministro Ricardo Lewandowski em voo de São Paulo a Brasília e acaba sendo levado pela Polícia Federal**

### SÃO PAULO

O advogado Cristiano Caiado de Acioli, 39, foi levado a prestar esclarecimentos à Polícia Federal ontem após criticar Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em um voo do qual eram passageiros.

O advogado, ao ver o ministro a bordo do voo da Gol, que partiu de São Paulo rumo a Brasília às 10h45 afirmou, quando a aeronave ainda

estava em solo: "Ministro Lewandowski, o Supremo é uma vergonha, viu? Eu tenho vergonha de ser brasileiro quando eu vejo vocês". A fala foi filmada por ele.

O ministro responde e pede ao comissário de bordo que chame a Polícia Federal para prender Acioli. "Vem cá, você quer ser preso? Chama a Polícia Federal", diz Lewandowski.

Acioli é filho de Helenita Caiado de Acioli, subprocuradora-geral da República. Agentes da Federal

“Ministro Lewandowski, o Supremo é uma vergonha, viu? Eu tenho vergonha”

Cristiano Caiado de Acioli, advogado

entraram no avião, mas decidiram não retirá-lo do voo. Após o pouso, o advogado fez uma fala, chamando atenção de todos passageiros, afirmando que Lewandowski estava no voo.

"Eu, na minha liberdade constitucional de me manifestar, disse que tinha vergonha do STF e esse ministro me ameaçou de prisão. Eu enquanto cidadão gostaria de deixar a minha nota particular de desagravo, porque a gente ainda vive numa democracia", disse.

"Eu não sou um presidiário tentando dar entrevista. Não sou uma presidenta que vocês estão querendo ou não dividir meus direitos políticos", disse em referência a Lula (PT) e Dilma (PT), que tiveram casos relatados por Lewandowski.

Acioli foi levado para a Federal, onde prestou depoimento e foi liberado por volta das 17h.



## Merval Pereira



Merval@oglobo.com.br

## STF de zagueiro

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, declarou recentemente a jornalistas estrangeiros que, após anos de protagonismo do Judiciário, chegou a hora de abrir espaço para a volta da política. Toffoli propõe um "grande pacto republicano" pela aprovação das reformas da Previdência e tributária, além do enfrentamento dos problemas de segurança pública.

"Não cabe ao Judiciário ser centroavante, mas nós seremos zagueiro", disse Toffoli, para completar: "O Judiciário vai se voltar a garantir os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição".

A disputa entre dois grupos dentro do Supremo voltou, porém, a se manifestar ontem, quando o ministro Gilmar Mendes pediu vista no julgamento de um habeas corpus a favor de Lula, depois que dois dos cinco membros da Segunda Turma já haviam votado contra a defesa de Lula.

Mais que a liberdade de Lula, es-

tava em jogo o juiz Sergio Moro, futuro ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro. A defesa do ex-presidente alegava pela centésima vez que Moro era parcial, e um dos argumentos novos era o de que ter aceitado o convite para ser ministro demonstrava que Moro era um agente político, que prendeu Lula para facilitar a vitória de Bolsonaro.

A tendência majoritária é de que, com o futuro voto do decano Celso de Mello, a alegação seja denegada mais uma vez, assim como em outras ocasiões, pelo próprio Supremo e também pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), como ressaltou o ministro Edson Fachin em seu voto. A ministra Cármen Lúcia afirmou, entre outros argumentos, que o mero convite não pode ser considerado suficiente para configurar a parcialidade.

O jurista Francisco Campos dizia, em outras palavras, o que Rui Barbosa pensava do Supremo: tem direito de errar por último. Para Campos, "juiz último da autoridade dos demais Poderes, o Supremo é o juiz único de sua própria autoridade".

Como comecei a analisar na coluna de ontem, a propósito do decreto de indulto natalino do presidente Michel Temer, as democracias constitucionais

contemporâneas dão às Cortes Supremas (ou aos tribunais constitucionais) o poder de invalidar as leis e os atos do Poder Executivo com base na Constituição, mas a extensão desse poder só é definida pela própria Corte, em cada caso.

Um tribunal formado por juízes não eleitos pode, assim, ditar os destinos da nação. Para o constitucionalista Gustavo Binenbojm, no Brasil, a crise da representação política, agravada pela corrupção endêmica e pela incompetência dos últimos governos, acabou produzindo um grau elevado de judicialização da política e das relações sociais em geral. "A Constituição de 1988 prometeu muito e o processo político não conseguiu entregar tudo. A demanda represada por respostas desaguou no Judiciário".

O Supremo tem sido extremamente ativista nos últimos anos, e progressista em termos de costumes. A renovação dos Poderes Executivo e Legislativo, legitimados pelo voto, produzirá um novo equilíbrio de forças com o Supremo.

Isso se torna mais relevante quando se sabe que as medidas que vierem a ser aprovadas no Congresso serão certamente questionadas pelos partidos de oposição perante o

Supremo, que terá que se posicionar sobre temas delicados relativos tanto à área econômica como a temas de costumes.

Será a vez do Supremo, como quer seu presidente, atuar mais como defensor de direitos e garantias individuais, sem se imiscuir nas decisões políticas legítimas do novo governo no campo das privatizações, reforma da Previdência, modernização das relações de trabalho, reforma tributária etc.

Mexer com o futuro ministro Sergio Moro, visto pela opinião pública como uma esperança de ação contra os crimes de colarinho e a melhoria da segurança pública, em apoio a uma defesa política mais que técnica do ex-presidente Lula, seria um caminho inverso daquele sugerido pelo seu novo presidente.

A pressão popular e o risco de ser responsabilizado por inviabilizar as medidas adotadas por um governo legitimado pelas urnas sugerem um Supremo de maior autocontenção em matérias que não digam respeito a direitos fundamentais. Nada a ver, no entanto, com pressões ilegítimas como a sugerida por palavras levinas do deputado Eduardo Bolsonaro, que ainda ecoam nos ouvidos de muitos ministros.

## DENTRO DE AVIÃO

# Advogado chama STF de vergonha e é detido

**Homem foi levado após abordar o ministro Ricardo Lewandowski em voo comercial**

BRASÍLIA

⚡ O advogado Cristiano Caiado de Acioli foi levado ontem para prestar esclarecimentos na Superintendência da Polícia Federal em Brasília depois de ter dito ao ministro Ricardo Lewandowski, no interior de um avião, que o Supremo Tribunal Federal é "uma vergonha".

O caso ocorreu em um voo comercial que saiu do



**Lewandowski estava na primeira fileira do voo**

Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com destino a Brasília. Em um vídeo que circulou nas redes so-

ciais, o ministro aparece sentado quando foi abordado pelo passageiro, antes da decolagem.

Acioli, de 39 anos, foi detido ao chegar no aeroporto de Brasília e ouvido por um delegado da PF. Ele é filho da subprocuradora-geral da República aposentada Helenita Amélia Gonçalves Caiado de Acioli.

Acioli foi liberado por volta das 18h. O advogado que o representa, Ricardo Vasconcellos, informou no fim desta tarde que, "não houve imputação de crime", e que o relatório sobre o caso

ainda estava sendo finalizado pelo delegado da PF.

"Tratei ele com o pronome devido. Usei toda a etiqueta necessária. Fiz uma manifestação, é uma essência da Constituição. É um direito básico", disse.

"Fui preso por um técnico judiciário que entrou na aeronave. A conduta dele foi ilegal e abusiva. A conduta do ministro foi ilegal e abusiva. Todas as opções legais eu vou tomar", afirmou Acioli.

A assessoria do ministro confirmou a discussão. Segundo a equipe, "o passageiro começou a injuriar o STF como instituição, não pessoalmente ao ministro Lewandowski", e por isso o ministro solicitou a presença de um agente da PF.

## Comerciante de Venda Nova deve indenizar cliente após alarme antifurto ser disparado

**U**ma mulher acionou a justiça contra uma loja de departamento após um alarme antifurto supostamente ser disparado sem que houvesse furto por parte da autora.

Conforme informação do TJES, a requerente narra, em síntese, que entrou no estabelecimento comercial com o intuito de adquirir produtos e após efetuar suas compras, ao passar pela porta principal de entrada e saída, o alarme disparou, tendo sido ela abordada por um segurança que a encaminhou para dentro da loja, momento em que revistaram as sacolas e encontraram um dos produtos comprados com a etiqueta magnética, que a vendedora esqueceu de retirar.

A parte requerida admitiu ter câmeras no comércio, porém só mantém os vídeos por poucos dias, de modo que na época do processo, dois meses depois, não existiam mais imagens relativas ao fato. Além disso, não houve testemunhos que contestassem o fato narrado pela cliente.

Na examinação dos autos, o magistrado da Vara Única de Venda Nova do Imigrante entendeu que “houve um erro por parte da requerida, uma falha, e esta falha é passível de abalar a honra da consumidora, de lhe causar vexame e constrangimento”. Por isso, o juiz julgou que a autora da ação deve ser indenizada no valor de R\$3 mil a título de danos morais.

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site, e nos reservamos o direito de excluir. Não serão aceitos comentários que envolvam crimes de calúnia, ofensa, falsidade ideológica, multiplicidade de nomes para um mesmo IP ou invasão de privacidade pessoal / familiar a qualquer pessoa.

## Empresa de decoração de natal deve indenizar hotel em R\$ 4 mil por atraso na entrega de enfeites

5 de dezembro de 2018

Um hotel do interior do estado, que recebeu enfeites natalinos com atraso, deve ser indenizado por empresa de decoração de natal em R\$ 4 mil, pelos danos morais. O autor da ação alegou que realizou a compra de produtos de decoração para inauguração de um evento, através da loja virtual da requerida, sendo que a previsão de entrega seria de 10 dias. Entretanto, a mercadoria teria chegado fora do prazo e somente no dia do evento, não havendo tempo hábil para sua utilização. Por fim, o requerente afirmou que o produto estava errado, acarretando sua inutilidade para o fim pretendido.

Em sua defesa, a empresa afirmou que se tratou de um equívoco do funcionário responsável pelo estoque dos produtos, que se atrapalhou quanto ao material disponível, o que ocasionou o atraso na entrega. Entretanto, a requerida destacou que o material enviado foi de valor e qualidade superior ao contratado, na tentativa de solucionar o problema, e que o Hotel alegou a impossibilidade de uso do material, mas não realizou sua devolução, não merecendo o ressarcimento do valor pago.

Ainda de acordo com a empresa de decoração de natal, a única divergência na mercadoria é que foram enviados 13 rolos de 10 metros, enquanto o pedido era de 01 rolo de 100 metros e de 03 rolos de 10 metros. E que, apesar da impossibilidade de utilização dos produtos na inauguração do evento, a requerente pode ter utilizado a mercadoria no natal.

Ao analisar o caso, o juiz da 1ª Vara de Guaçuí observou que a requerente, por diversas vezes, contactou a requerida na tentativa de solucionar o impasse, contudo, sem êxito. O magistrado também entendeu que a alegação da parte ré de que os transtornos vivenciados se deram por equívoco de um funcionário é completamente infundada e suficiente para afastar a responsabilidade do fornecedor frente ao consumidor.

"A parte ré demonstrou reprovável violação do dever de cuidado, proteção e lealdade com o consumidor, quando forneceu informações equivocadas à autora, fazendo com que a mesma acreditasse que os produtos adquiridos chegariam a tempo para o evento natalino, causando frustração e decepção incontestáveis perante a expectativa fracassada. Além de que, mesmo após ter sido comunicada do ocorrido, não diligenciou para resolver de fato o problema, tampouco para dar qualquer explicação para a requerente/consumidora", diz a sentença.

Entretanto, o juiz observou que mesmo após a impossibilidade de participação no evento, a requerente não promoveu a devolução dos produtos adquiridos, não merecendo portanto receber a indenização material pelo valor pago, tendo em vista que pode a autora ter utilizado os produtos.

Diante dessa situação, o magistrado julgou parcialmente procedente do pedido do Hotel para condenar a empresa de decoração de natal a pagar à autora da ação a quantia de R\$ 4 mil, a título de compensação por danos morais.

Processo: 0000286-26.2017.8.08.0020

FONTE: TJES

TÍTULO: TJES

## RIO DE JANEIRO

## Tribunal aumenta a pena de Cabral

⌘ O Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2) confirmou, ontem, condenações da Operação Calicute de primeira instância e aumentou a pena do ex-governador Sérgio Cabral no processo.

No processo, ele havia sido condenado a 45 anos e dois meses. A nova decisão aumentou a pena para 45 anos e nove meses. Já a da ex-primeira dama Adriana Ancelmo diminuiu: era de 18 anos e três meses, mas passou a 12 anos e 11 meses.

Após o julgamento de embargos que serão apresentados pelo Ministério Público Federal, ela pode ser presa, segundo o próprio MPF. Este é o primeiro caso de Cabral julgado num tribunal de segunda instância no Rio.

Agora, o total da pena de Cabral em todas as nove condenações chega a 198 anos e 6 meses.



DIVULGAÇÃO

**Iate vai a leilão por ordem do juiz Marcelo Bretas**

**R\$ 18 MILHÕES**

## Justiça manda iate de Eike a leilão

**Embarcação é capaz de receber 22 ocupantes e tem até TV de 67 polegadas na sala**

⌘ Um iate de propriedade do empresário Eike Batista será leilado no próximo dia 13, na Justiça Federal, no Centro do Rio. O lance mínimo da embarcação é de R\$ 18 milhões. Caso o iate não receba lances, um segundo leilão será realizado no dia 18 de dezembro. Nesse caso, o valor mínimo para a compra passa a ser de R\$ 14,4 milhões.

Com capacidade para 21 passageiros e um tripulante, o iate possui quatro quartos, sendo duas suítes com uma sauna e closet. Além disso, o iate conta com sistema de som MP3 e vídeo, TV LCD de 67 polegadas na sala e TVs menores em outros ambientes; espaço para guardar dois jet-skis.

A decisão de leiloar o iate é do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Eike chegou a ser preso na Lava Jato, em janeiro do ano passado. (Com agências)